



Revista
de Psicologia

ISSN 2179-1740

GRUPO COMO DISPOSITIVO SOCIOEDUCATIVO: PESQUISA-INTERVENÇÃO COM ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE

*GROUP AS A SOCIO-EDUCATIONAL DEVICE: RESEARCH-INTERVENTION WITH
ADOLESCENTS WHO WERE SENTENCED TO COMMUNITY SERVICE*

Dayane Silva Rodrigues¹

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira²

Resumo

Este artigo apresenta discussões oriundas de uma tese de doutorado, que problematizou especificidades, princípios e estratégias para a utilização de metodologias grupais como dispositivos de atuação no atendimento a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto. O estudo foi construído por meio de uma pesquisa-intervenção com onze adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade, vinculados a uma unidade de atendimento do Distrito Federal. O artigo apresenta um recorte dos resultados da tese, evidenciando análises relativas às significações produzidas com os adolescentes sobre o conceito de trabalho, inerente à medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade. Sob o prisma da Psicologia Histórico-Cultural (L. S. Vigotski), da perspectiva do dialogismo (M. Bakhtin) e da problematização do conceito de grupo-dispositivo (R. B. Barros), são analisados os processos de negociação para a realização uma atividade colaborativa e comunitária com adolescentes. Na sequência, são abordados aspectos relativos aos movimentos do processo grupal, permeado por devires e ressignificações. Por fim, discute-se o conceito de grupo como dispositivo socioeducativo que pode ser tomado na execução de medidas socioeducativas, com vistas a ampliar as ferramentas de atendimento aos adolescentes e contribuir para o aprofundamento da base teórico-metodológica das práticas em socioeducação.

Palavras-chave: Grupo; dispositivo; adolescentes; prestação de serviço à comunidade.

Abstract

This article presents some discussions from a doctoral thesis, which thought about specifics, principles and strategies for the use of group methodologies as devices to act in the care of eleven adolescents sentenced to measures in freedom. The study is the result of an intervention research, with adolescents, sentenced to community services, linked to a institution in the Distrito Federal. The article presents a summary of the results of the thesis, evidencing analyzes related to the meanings produced with adolescents on the concept of work, inherent in the obligation to provide community services. Under the prism of Historical-Cultural Psychology (LS Vygotsky), from the perspective of dialogism (M. Bakhtin) and the problematization of the concept of group-device (RB Barros), the negotiation processes for the accomplishment of a collaborative and community activity with adolescents are analyzed. Subsequently, aspects related to the movements of the group, permeated by transformations and resignifications, are approached. Finally, we discuss the concept of a group as a socio-educational device that can be taken in the execution of socio-educational measures, in order to broaden the tools of care for adolescents and contribute to the deepening of the theoretical-methodological basis of practices in socioeducation.

Keywords: Group; device, Adolescents; Community Service

¹ Doutora em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Psicóloga da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, Governo do Distrito Federal (GDF). Email: dayanesr@yahoo.com.br

² Professora Associada do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília (UnB), Distrito Federal - Brasil. Doutora em Educação; Pós-Doutora em Psicologia do Desenvolvimento (Clark University) E Psicologia Básica (Universidad Autónoma de Madrid). Email: claudia@unb.br; mcsloliveira@gmail.com

GRUPO COMO DISPOSITIVO: APROXIMAÇÕES INICIAIS

Este artigo apresenta discussões oriundas de uma tese de doutorado (Rodrigues, 2017) que problematizou especificidades, princípios e estratégias para a utilização de grupos como dispositivos de atuação no atendimento a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto. O estudo se deu por meio de uma pesquisa-intervenção com 11 adolescentes de 15 a 17 anos, que cumpriam a medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) no Distrito Federal.

O interesse pela pesquisa em tela foi despertado, inicialmente, sob a influência de trabalhos que argumentam em favor do grupo como mediador de processos de construção de significações e de desenvolvimento humano (Lane, 1984, 1998; Martín-Baró, 1989) e, posteriormente, afinou-se com as construções teóricas que articulam o grupo com o conceito de dispositivo (Barros, 2007; Rasera & Japur, 2001, 2007; Schossler e Carlos, 2006; Spink, Menegon, & Medrado, 2014; Zanella & Pereira, 2001).

Em contraposição à histórica tendência individualizante em psicologia, Barros (2007) argumenta que o grupo não deve ser considerado um objeto de segunda categoria nem colocado como menos importante diante de outros temas de pesquisa. Ela articula, portanto, o conceito de grupo com o de *dispositivo*, o qual nos coloca diante da perspectiva de pensar os efeitos subjetivadores do primeiro.

O ponto de partida para a compreensão da ideia de dispositivo pode ser tomado por meio da obra de Foucault (2001). Segundo o autor, o dispositivo consiste numa rede que pode ser estabelecida entre diferentes elementos, uma espécie de mecanismo de poder com múltiplas dimensões em jogo, um "conjunto deliberadamente heterogêneo, abarcando discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões normativas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em breve: o dito como o não dito. O dispositivo é a rede que se pode estender entre estes elementos" (Foucault, 2001, p. 82).

Deleuze (1987) ajuda-nos a compreender o conceito em questão, ao afirmar que um princípio geral na obra foucaultiana é que: "toda a forma é um composto de relacionamentos de forças" (Deleuze, 1987, p. 167). É nessa direção que os dispositivos são tomados como máquinas concretas que com as relações que estabelecem e misturam, podem gerar sentidos na sociedade (Deleuze, 1987).

Agamben (2005) também debate o termo,

partindo da obra de Foucault, até chegar à definição de que dispositivo é "um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. a dispositivo em si mesmo e a rede que se estabelece entre esses elementos" (2005, p. 9).

Barros (2007) se vale das formulações desses autores e desenvolve sua teoria de grupo-dispositivo. A autora parte de uma crítica à noção de grupo como intermediário do indivíduo com a sociedade, o que corrobora com certo binarismo na forma de compreender as relações humanas e sociais. Assim, ao articular os conceitos de grupo e dispositivo, ela trabalha com uma visão complexa de rede constituinte dos processos e dos fluxos grupais. Trabalhos como os de Schossler e Carlos (2006) e de Zanella & Pereira, 2001 também se orientam por esse modo de conceber o grupo e serviram de referência à pesquisa-intervenção apresentada aqui.

Com base em tais teorizações, neste artigo, serão privilegiadas as discussões relativas aos encontros de planejamento e execução do trabalho prestado pelo grupo de adolescentes como cumprimento de uma medida socioeducativa, que culminou na produção de um vídeo-documentário. O texto explora questões relativas aos sentidos produzidos com os adolescentes acerca da PSC e a maneira como as atividades coletivas foram operacionalizadas, priorizando-se o caminho do diálogo e da coconstrução.

Para tanto, dispomos de quatro sessões. Na primeira, situaremos o marco legal que orienta a execução de medidas socioeducativas em meio aberto, onde se situa a PSC. Posteriormente, apresentamos o percurso metodológico de construção das informações de pesquisa. Na terceira sessão, aprofundamos a discussão sobre as significações produzidas com os adolescentes a respeito da execução da medida de PSC, sobretudo no formato que desenvolvemos, de caráter grupal, dialógico e corresponsável. Ao final, traçamos algumas considerações no sentido de lançar questões em torno do debate teórico-metodológico sobre estratégias de viabilização do trabalho com grupos de adolescentes nas medidas socioeducativas em meio aberto de modo mais amplo.

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO: DILEMAS DA INTEGRAÇÃO ENTRE RESPONSABILIZAÇÃO E LIBERDADE

Historicamente, diante do cometimento de atos infracionais por parte de adolescentes, assistimos ao

nascimento e à falência de algumas maneiras de lidar com a questão, até chegarmos ao modelo de Justiça Juvenil que temos hoje no Brasil. Este se baseia nas diretrizes constitucionais de proteção integral à infância e adolescência, assim como nos procedimentos dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990) e na Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, o Sinase (Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012).

Segundo as referidas legislações, a consequência jurídica do ato infracional praticado por adolescentes guarda distinções daquela que está regulamentada para os adultos. Embora inimputáveis frente ao Direito Penal Comum, os adolescentes são responsabilizáveis, diante de lei especial. Para estes, está prevista a aplicação de seis tipos de medidas socioeducativas (Art.112, incisos I a VI, Lei n. 8.069, 1990), quais sejam: advertência; obrigação de reparar o dano, Prestação de Serviço à Comunidade, liberdade assistida (LA), semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

As medidas socioeducativas se diferenciam das penas determinadas na Justiça Comum, pela natureza jurídica e finalidade, já que a responsabilização dos adolescentes, por ser socioeducativa, deve desempenhar função preponderantemente pedagógica, com inúmeras peculiaridades em seu processo de aplicação e execução. Tais medidas devem estar pautadas em objetivos como a integração social e a garantia de direitos individuais e sociais do adolescente, bem como na promoção de seu processo de responsabilização quanto ao ato infracional praticado (Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012). Entende-se que a socioeducação, portanto, objetive conduzir o adolescente à possibilidade de ruptura com uma eventual trajetória infracional por meio do estímulo à reflexão acerca das repercussões pessoais e sociais desse tipo de conduta.

Ao lado do caráter educativo, ressalta-se que todas as medidas simbolizam também a desaprovação da prática infracional por parte do Estado como uma forma de sanção. Esta se manifesta na própria imposição do cumprimento da sentença, a qual repercute em uma das seguintes obrigações: comparecimento aos atendimentos socioeducativos, elaboração de um plano individual de atendimento, realização de trabalhos comunitários, o pagamento pecuniário ou o ressarcimento do dano causado. Somente em último caso, a sanção se materializa na restrição do direito de ir e vir.

Sob essa lógica, considera-se a internação como a ação de responsabilização mais severa a ser aplicada a um adolescente, tendo em vista seu caráter privativo

de liberdade. Por esse motivo, o Sistema de Justiça toma como princípios norteadores a *excepcionalidade e brevidade* da aplicação dessa medida. Desse modo, entende-se que a aplicação e execução das medidas em meio aberto – leia-se: advertência, obrigação de reparar o dano, PSC e LA – têm primazia em relação às demais.

Quando se assinala que a responsabilização pela prática infracional deve ser promovida primordialmente por meios distintos do usual enclausuramento, temos aí um enorme desafio para a Justiça Juvenil, já que ela, em certa medida, rompe com a lógica carcerária presente no senso comum. Mas como responsabilizar adolescentes pelo cometimento de infrações, sem se utilizar de artifícios meramente punitivo-aflitivos?

Ao se pensar em outras estratégias de responsabilização, referimo-nos a tarefa de oferecer um atendimento que promova, para além da sanção imposta com a aplicação da medida judicial, os encaminhamentos objetivos ao sistema de garantia de direitos, cumulados com momentos de reflexão e aprendizagem. Estes seriam componentes indispensáveis a um processo que pretenda gerar reflexão sobre condutas infracionais.

Conforme aponta o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA, 2006), os parâmetros norteadores da ação pedagógica para os programas de atendimento que executam as medidas socioeducativas “devem propiciar ao adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de *ressignificação de valores*, bem como o acesso à formação de valores para a participação na vida social” (p. 46, grifo nosso).

Nessa direção, é interessante notar como o caminho almejado pela socioeducação leva em conta aspectos constitutivos da subjetividade no processo pedagógico. Podemos considerar que a ação socioeducativa envolve, portanto, o estabelecimento de mecanismos dialógicos de resignificação da prática infracional, dos projetos de vida e das visões de mundo desses adolescentes.

Sob tais argumentos, justificamos que uma atuação socioeducativa possa operar por meio de metodologias de trabalho grupais no contexto do atendimento que é oferecido aos adolescentes que cumprem medidas. Ressaltamos a potencialidade do grupo como espaço favorável ao devir, ao movimento subjetivo e à emergência de interações sociais e trocas semióticas em variados contextos, inclusive, com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Foi com base nos entendimentos até

aqui apresentados que conduzimos esta investigação.

CAMINHOS METODOLÓGICOS: A OPERACIONALIZAÇÃO DE UMA PSC GRUPAL

Realizamos uma pesquisa-intervenção de base qualitativa, operacionalizada por meio da criação, do desenvolvimento e do acompanhamento de um grupo com 11 adolescentes — duas meninas e nove meninos — sentenciados à medida socioeducativa de PSC. O trabalho ocorreu ao longo de três meses, de janeiro a abril de 2016, duas vezes por semana, totalizando dezesseis encontros de cerca de três horas cada.

O serviço prestado à comunidade pelos participantes como forma de cumprimento da medida socioeducativa foi a produção de um vídeo informativo sobre o tema “as medidas socioeducativas e o trabalho da Unidade de Atendimento em Meio Aberto (UAMA) em uma região administrativa do Distrito Federal”, denominada de modo fictício por *Brasília de Fora*.

A UAMA é um órgão da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Governo do Distrito Federal (GDF), responsável pela execução de duas medidas socioeducativas em meio aberto: a LA e a PSC. A unidade conta com uma equipe interdisciplinar composta por psicóloga(o)s, assistentes sociais e pedagoga(o)s, além de agentes socioeducativos e técnicos administrativos. A instituição atua de modo regionalizado, estando presente em 15 regiões administrativas.

O trabalho de condução dos encontros grupais foi coordenado pela autora da tese em questão e contou com o apoio de: uma auxiliar de pesquisa graduanda de psicologia, duas profissionais da UAMA e quatro oficinairos que foram convidados em alguns encontros. Como instrumentos de registro dos diálogos do grupo, foram utilizados: um diário de campo e um gravador de áudio. A discussão de dados empreendeu uma análise episódica do processo grupal, por intermédio de um olhar atento às interações relacionadas a processos de produção de significações e a negociação de posicionamentos no desenrolar dos encontros do grupo de adolescentes.

Além de trabalharem na produção do vídeo-documentário, a ideia era que os adolescentes pudessem planejar e discutir a realização dessa atividade, considerando as potencialidades, os obstáculos e os impactos comunitários desse trabalho. Portanto, paralelamente aos momentos de produção audiovisual, foram previstos momentos de planejamento e avaliação das ações empreendidas e a discussão de temas pertinentes à realização dessa atividade, como

por exemplo, o significado da UAMA e das medidas socioeducativas, já que o vídeo tratou desse assunto.

No início do processo de pesquisa, havíamos planejado os três primeiros dias de reunião do grupo, com atividades de apresentação dos participantes e com a discussão sobre a região de Brasília de Fora, no intuito de problematizar o sentido da prestação de serviços àquela comunidade específica. Além disso, à época, também objetivávamos que o conteúdo do documentário fosse sobre a comunidade e os equipamentos assistenciais disponíveis aos moradores da região, contudo, o tema não foi adotado. Os adolescentes decidiram focar somente nas entrevistas com os profissionais da UAMA.

Do ponto de vista das estratégias metodológicas, era muito importante que houvesse abertura para que os encontros pudessem ser estruturados no decorrer do tempo, à medida que o grupo se constituía. Dessa maneira, foi a partir do contato e da vinculação com os adolescentes, que o planejamento de cada encontro foi sendo processado, de modo que os rumos das atividades desenvolvidas pelo grupo foram resultado da negociação entre os interesses da equipe de pesquisa e dos participantes.

Ao final dos 16 encontros do grupo percorremos o seguinte caminho: (a) reuniões iniciais voltadas ao aquecimento, sensibilização para a temática do território e construção de vínculos nos primeiros três encontros; (b) desenvolvimento do grupo, produção do vídeo-documentário a partir das construções e acordos estabelecidos com os participantes durante oito encontros subsequentes; e (c) preparação para o fechamento do projeto nos últimos 4 encontros. Neste artigo, abordaremos, especialmente, as análises de dados relativas aos momentos comentados no item b, quando os participantes planejam e discutem sobre a produção do vídeo.

Sobre a legalidade e oficialização dessas atividades junto ao órgão responsável pela execução de medidas socioeducativas no DF, formalizou-se um acordo a fim de obter a autorização para a realização deste estudo. A participação dos adolescentes no grupo equivaliu judicialmente como cumprimento da medida de PSC. Destaca-se que esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (CEP/IH).

"AGORA SOU TRABALHADOR": EU, PRESTADOR DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

Para abrir o debate deste bloco temático,

trazemos um excerto extraído do diário de campo da pesquisadora:

Concluo o trabalho e faço uma fala de encerramento da atividade, afirmando que a partir daquele encontro, eles seriam prestadores de serviço da UAMA e entrego os crachás. Os adolescentes demonstram surpresa e orgulho ao receberem os crachás, todos ficam eufóricos, brincando e fazendo piadas. Maria fala: "Agora, quando a polícia me parar, vou mostrar isso aqui e dizer que sou trabalhadora, não sou vagabunda não. Tá vendo aqui, policial, eu faço PSC na UAMA!". Muitas risadas. Jaquissom fala que não vai mais tirar o crachá do pescoço, que vai andar com ele pra onde for, que agora ele podia dizer pra todo mundo que ele era trabalhador. (Diário de campo da pesquisadora, encontro 1, ocorrido em 26 de janeiro de 2016)

O trecho apresenta um diálogo ocorrido no primeiro encontro da PSC, ocasião em que entregamos crachás funcionais aos participantes, de maneira a ritualizar esse momento de início do cumprimento da medida. A ideia de confeccionar os crachás se deu em virtude da importância de demarcar o componente laboral da PSC, a qual diferentemente da LA, implica no estabelecimento de uma relação de trabalho, ainda que não seja remunerado, já que configura-se como sanção judicialmente imposta.

De forma geral, além de estar atrelado a questões de status e à luta pela sobrevivência, o trabalho, especialmente para os jovens em situação de pobreza, apresenta-se ideológica e culturalmente valorizado em nossa sociedade como:

uma agência de socialização responsável por manter os jovens longe dos perigos da "cabeça vazia", sendo difundido um conjunto de ideias que pretende, a despeito de toda tragédia social mais ampla, retirar os jovens da ociosidade e dos descaminhos da rua, além de efetivamente responder às necessidades de reprodução social: "se não trabalhar, não tem direito a comer", "o trabalho dignifica o homem" (Lachtim e Soares, 2011, p.284).

Como vimos no excerto que abre esta sessão, além de atuar como agência de socialização, os adolescentes reconheceram o trabalho como elemento para se conquistar dignidade, respeito e honestidade, sobretudo, nas situações de abordagens policiais. Maria e Jaquissom fazem referência ao uso do crachá como símbolo da figura do *trabalhador* em contraste com a

imagem do *vagabundo*.

Tal contraposição aparece mais fortemente nos grupos periféricos que sofrem intensamente as consequências da criminalização da pobreza. É por meio do trabalho, então, que demonstram não serem preguiçosos e ociosos (Lachtim & Soares, 2009; 2011; Frigotto & Ciavatta, 2003). Ante essa cadeia de caracterizações criminalizantes, também é em função do trabalho que os adolescentes pobres se distanciam dos rótulos de potenciais infratores e, portanto, de *vidas matáveis* (Agamben, 2004).

Para Sarti (2003, p. 89), em contraposição à negatividade contida na noção de ser pobre, "a noção de ser trabalhador dá ao pobre uma dimensão positiva, inscrita no significado moral atribuído ao trabalho, a partir de uma concepção da ordem do mundo social que requalifica as relações de trabalho sob o capital". Desse modo, a qualificação moral atribuída ao trabalho atua como uma espécie de compensação das desigualdades socialmente dadas, na medida em que se propaga a ideia de que os sujeitos podem "vencer", ou se "corrigir", no sentido de superar individualmente as desigualdades socioeconômicas, por meio da inserção laboral.

A ideia de correção moral por meio do trabalho é especialmente pertinente ao contexto das práticas socioeducativas e, de modo mais amplo, das estratégias de responsabilização penal. Se tomarmos, por exemplo, o marco regulatório do Código de Menores (Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927), com a criação das instituições destinadas ao acolhimento de crianças e adolescentes envolvidos com o cometimento de infrações e/ou em situação de vulnerabilidade, vemos a vinculação das ações de assistência a projetos de moralização pela via da inclusão produtiva dessas pessoas no mundo do trabalho (Rizinni, 2009).

Antes do Código de Menores, o trabalho nas prisões também já era bastante utilizado como estratégia punitivo-aflictiva e correccional para adultos. "Em sua concepção primitiva, o trabalho penal não era o aprendizado deste ou daquele ofício, mas o aprendizado da própria virtude do trabalho. Trabalhar sem objetivo, trabalhar por trabalhar, deveria dar aos indivíduos a forma ideal do trabalhador" (Foucault, 2015, p. 219). O trabalho, na concepção penal, passou a ter uma função pedagógica que objetivou ensinar aos pobres, vadios, viciosos e infratores os valores da sociedade industrial nascente. Era importante construir o entendimento de que a propriedade privada era um bem alcançável somente por fruto do trabalho e assim, "o trabalho devia ser a religião das prisões" (Foucault, 2014, p. 216).

De maneira a distanciar a medida de PSC desse tipo de lógica disciplinar, moralizante e

punitivo-preventiva, foi iniciado um processo de coconstrução com os adolescentes, acerca de quais seriam os objetivos e os resultados esperados para o trabalho que se pretendia realizar. Isso ocorreu desde o primeiro encontro, no qual se discutiu o significado da UAMA e os marcos legais da PSC. Esse tipo de reflexão foi proposta ao longo de vários outros momentos com o intuito de provocar o grupo a pensar sobre outras possíveis relações a serem estabelecidas com a prestação daquele serviço, para além da finalidade retributiva ou de reparação social tomada pela Justiça ao aplicar esse tipo de medida. Nessa perspectiva, um dos temas que atravessou a maioria dos diálogos que são analisados neste bloco temático é a questão do trabalho e os múltiplos sentidos que essa categoria pode evocar.

Após pontuar essas questões, tomemos o fluxo de desenvolvimento do grupo de adolescentes a partir do décimo encontro e vejamos como essa identidade de prestador de serviços da UAMA/trabalhador pôde ser melhor discutida e construída com os adolescentes no intuito de suscitar reflexões sobre os diferentes valores e qualificadores que poderiam ser atribuídos ao trabalho.

A partir do décimo encontro, demos mais ênfase à concretização do trabalho de prestação de serviço à comunidade com os adolescentes, cujo objetivo, até então, era o de produzir um material informativo, na forma de vídeo-documentário, sobre Brasília de Fora. Antes de sairmos a campo, reservei esse encontro para: a) proporcionar aos adolescentes um momento de experimentação dos conhecimentos abordados nas oficinas de audiovisual que eles haviam participado — nesse dia, exploramos as técnicas e procedimentos de entrevista, o uso das câmeras e a elaboração de roteiros, por meio da realização do que até então seriam entrevistas piloto com os profissionais da UAMA acerca das ações desenvolvidas pela instituição; b) acordar com os adolescentes, os objetivos, os procedimentos e as estratégias que adotaríamos em nossa ida a campo.

Segue uma passagem das gravações do áudio desse encontro, no qual se recuperava o sentido da medida de PSC, para que se pudesse propor a realização das entrevistas piloto com os profissionais, tal como descrito no item a):

Pesquisadora: *Pessoal, esse tempo todo que a gente tava aqui, né? Aconteceram algumas oficinas. Mas vocês se lembram que o nome da medida é Prestação de Serviço à Comunidade, né? Ai tá faltando o que nessa medida?*

Maria: *Prestar um serviço à sociedade, né!*

Pesquisadora: *Acertou! [Risos]. E precisamos saber como vai ser. A gente fez alguns encontros que era pra vocês virem pra aprender umas coisas. E agora vamos botar a mão na massa, né gente? Porque aqui é prestação de serviço!*

Maria: *E aí, o que nós vamos fazer?*

Davi: *Só quero pagar logo pra eu sair fora, moço!*

Tom: *Faltam só seis aulas!*

Davi: *Mas seis aulas é muito ainda!*

Pesquisadora: *E vocês acham ruim vir aqui é?*

Davi: *Não, pô, mas agora que você tá falando isso daí...*

Pesquisadora: *Agora que é pra trabalhar vocês acham ruim?*

Davi: *Pô, mas trabalhar de graça? [Risos]*

Pesquisadora: *Mas hoje, o trabalho que a gente vai fazer junto com o Nino é um videozinho sobre a UAMA, a gente vai falar sobre o trabalho que a gente faz aqui pra poder a gente treinar o que foi passado. Tipo o uso das câmeras, o negócio do roteiro, essas coisas...*

Davi: *É só isso? Tranquilo, é, só ficar conversando.*

Pesquisadora: *Não. Eu tô propondo uma atividade. Tô dizendo pra gente fazer um vídeo. O que a gente precisa pra fazer um vídeo?*

Davi: *Moleza! Só ligar a câmera.*

Nino: *Só ligar a câmera, pessoal? Foi isso que eu ensinei? É um vídeo sobre a UAMA, acho que, em primeiro lugar, tem que saber o que? O que é a UAMA.*

Maria: *Unidade de Atendimento em Meio Aberto.*

Nino: *E o que isso significa?*

[Adolescentes explicam o que significa a UAMA]

Nino: Pronto, a partir disso aí a gente pode agora planejar esse vídeo.

(Encontro 10, ocorrido em 03 de março de 2016)

É interessante sublinhar essa retomada no sentido originário da medida socioeducativa de PSC, que a liga à execução de um serviço e à elaboração concreta de um produto final. De certo modo, todos os encontros anteriores contribuíram para forjar as condições, habilidades, competências e motivações no grupo para o momento de produção do vídeo sobre Brasília de Fora, mas não só isso. Essa intenção de prepará-los para desempenhar um trabalho não se relaciona unicamente ao processo de construção de conhecimentos técnicos de audiovisual, por exemplo, nem tampouco às aprendizagens relativas às potencialidades e limitações do território.

Além desses dois importantes pontos mencionados, a preparação para execução do serviço também incluía a problematização desses sentidos mais ontológicos do conceito de trabalho, que o identificam como atividade eminentemente humana, consciente, intencional e interacional de transformação da realidade e de si mesmo (Vygotsky, 2001; Leontiev, 1978).

Essa sensibilização para o valor do trabalho se dava, sobretudo, quando era pontuado que o material informativo a ser produzido deveria ser constituído em atenção a uma dupla finalidade: ser útil à comunidade e ao mesmo tempo possibilitar aprendizagens importantes aos adolescentes. Essa mediação junto aos adolescentes pode ser constatada em algumas passagens já apresentadas desde o encontro inicial e poderá ser observada nos trechos destacados neste bloco temático.

Conforme vemos em Pochmann (2004), em sua forma ontológica, o trabalho está vinculado ao fenômeno do desenvolvimento humano, já que representa a capacidade do homem de modificar a si próprio e a natureza e, com isso, possibilita aprendizagens, produção de sentidos e reflexão. Contudo, historicamente, em meio a uma sociedade de base capitalista, marcada por contradições e exclusões sociais, esse conceito vem sendo ressignificado e tem sido atrelado somente à condição de financiamento da sobrevivência humana, despreendendo-se, muitas vezes, das questões relativas ao desenvolvimento pessoal ou à transformação da realidade. Nessa direção:

A centralidade do trabalho para os jovens não

advém predominantemente do seu significado ético (ainda que ele não deva ser de todo descartado), mas resulta da sua urgência enquanto problema; ou seja, o sentido do trabalho seria antes o de uma demanda a satisfazer que o de um valor a cultivar [...] É, sobretudo enquanto um fator de risco, instabilizador das formas de inserção social e do padrão de vida, que o trabalho se manifesta como demanda urgente, como necessidade, no coração da agenda para uma parcela significativa da juventude brasileira (Guimarães, 2005, p.12).

Essa urgência na satisfação da demanda de sobrevivência relaciona-se com a solução de uma equação complicada entre o limitado campo de possibilidades (Leão, Dayrell, & Reis, 2011) e as necessidades socioeconômicas e materiais dos adolescentes. Apesar de pontuarmos essas questões com o grupo, o questionamento de Davi, *trabalhar de graça?*, e a percepção de certa resistência nos participantes em começar o trabalho marcaram esse primeiro momento de retomada na execução do serviço.

O desânimo inicial tronou-se menos evidente, aos poucos, à medida que os adolescentes começaram a fazer as entrevistas com os profissionais. Desse modo, quando partimos para o planejamento da produção do vídeo sobre Brasília de Fora, o grupo acolheu e se apropriou da ideia, demonstrando mais empolgação, tal como pode ser percebido na passagem que retrata o momento de negociação acerca dos objetivos, dos procedimentos e das estratégias da ida a campo:

Pesquisadora: Gente, agora que já treinamos as filmagens e as entrevistas, a partir do próximo encontro, a ideia é a gente trabalhar pra produzir o vídeo final da PSC. Eu não sei se o Nino virá na próxima terça, mas eu estarei aqui com as câmeras. Eu não sei mexer nessas câmeras... [Tom interrompe a fala]

Tom: Nós sabemos, pode deixar!

Pesquisadora: Então, eu vou trazer uma filmadora, aí a gente vai ver o que a gente vai fazer terça-feira. Vocês têm alguma ideia do que a gente pode fazer?

Kaio: A gente pode sair pela cidade e mostrar as coisas. A gente pode tirar foto do que tá faltando e do que não tá faltando.

Jaquissom: o que tu fala, Kaio, da gente fazer novas entrevistas, agora na rua?

Kaio: *é isso!*

Pesquisadora: *sobre Brasília de Fora? Todos concordam com essa ideia?*

Jaquissom: *Sair na rua andando com a câmera e fazendo entrevistas?*

João: *Ah, pode crer, mó da hora.*

Jaquissom: *Vamos resolver aqui, pessoal, qual é a tua decisão, Leonardo, tu topa ou não?*

Leonardo: *Da minha parte, tanto faz como tanto fez.*

Jaquissom: *e a tua, Maria?*

Maria: *Pô, pra mim tá de boa. Dar um rolê na rua é legal.*

Kaio: *a gente faz tipo assim, aqui tá faltando um supermercado, aqui tá faltando num sei o que...*

Jaquissom: *Guilherme, pra tu, pode ser?*

Guilherme: *Ué, vocês que sabem.*

Jaquissom: *Não, mas a gente quer ouvir a tua decisão.*

Leonardo: *Já fechou, pô! Todo mundo topou.*

Kaio: *Tipo assim, a gente para as pessoas na rua e pergunta: 'o que você acha de Brasília de Fora?'*

Guilherme: *Beleza!*

Pesquisadora: *E pra você, Davi?*

Davi: *Sair por Brasília de Fora? Demorou!*

Kaio: *É pra gente formar três grupos e sair por essas quadras de Brasília de Fora até lá embaixo? E aí sai costurando pelas ruas.*

Nino: *Mas pra isso vocês têm que combinar tudo antes, o que vai ser dito, qual o tema, o que vai ser feito... vocês têm que ir a campo com tudo isso em mente.*

Pesquisadora: *E também quais os lugares que a gente vai percorrer...*

Davi: *Vamo lá na Favelinha entrevistar os caras de lá.*

Guilherme: *Tu é doido é? Os caras roubam a gente.*

Pesquisadora: *O vídeo é nosso, a gente pode decidir isso, mas ir lá fazer o quê?*

Davi: *Entrevistar os vagabundos. [risos]*

Maria: *Mas qual seria o objetivo disso, Davi?*

Jaquissom: *Não, Davi, a Favelinha não dá bom não.*

(Encontro 10, ocorrido em 03 de março de 2016)

Dentre os aspectos a serem evidenciados nesse trecho, sobretudo, destacam-se as análises relativas às movimentações que podem ser percebidas no processo grupal. Evidencia-se maior naturalidade e fluidez nas expressões de posicionamentos pelos participantes, especialmente sobre o planejamento das ações que seriam tomadas na saída da unidade, as entrevistas a serem feitas e o público que seria acessado nesse trabalho. Após a nossa intervenção de proposição da atividade, os adolescentes tomam para si as negociações referentes aos detalhes da produção do vídeo e se apropriam da tarefa que, nos encontros iniciais, encontrava pouca receptividade no grupo.

Por exemplo, um momento que fornece indícios da presença de mecanismos de autorregulação dos processos decisórios entre eles é quando Jaquissom toma a iniciativa de consultar cada adolescente acerca da ideia de sair por Brasília de Fora fazendo entrevistas. O adolescente toma, por alguns instantes, a condução do grupo para perguntar a todos os presentes as suas opiniões e chega a insistir com Guilherme no momento que ele delega a deliberação aos colegas: "vocês que sabem" e Jaquissom retruca: "Não, mas a gente quer ouvir a tua decisão".

Outro trecho marcante é quando Maria pergunta a Davi qual seria o objetivo do que ele propunha sobre a ida à "Favelinha" e Jaquissom interpela o colega: "Não, Davi, a Favelinha não dá bom não", exercendo uma relevante posição de divergência e ponderação para com a sugestão do participante.

Naquele momento, ao invés de chegar com uma

estratégia traçada, nossa ação intencional de decidir conjuntamente com os adolescentes as minúcias dos preparativos e da viabilização da ida a campo representava uma resposta metodológica ao que vínhamos construindo em termos de sensibilização dos participantes para seus potenciais de atuação. Além disso, a imposição de um trabalho comunitário colaborativo em moldes pré-formatados, de uma maneira autoritária, seria contraditória com o embasamento teórico-epistemológico que nos guiou na intervenção.

Sob o viés das perspectivas metodológicas em que se baseou este estudo, a pesquisa-intervenção no campo da infância e adolescência implica, necessariamente, encarar os participantes como sujeitos históricos e como atores sociais, capazes de opinar, influir nos rumos da investigação e serem coconstrutores dos dados, independentemente da idade ou dos contextos sociais em que possam estar inseridos (Castro, 2008; Castro & Nascimento, 2013; Pereira, Salgado & Jobim e Sousa, 2013).

Do mesmo modo, a visão de grupo que buscamos desenvolver com os adolescentes considerou a existência de relações de poder no espaço grupal e, ao mesmo tempo, trabalhou com: o estímulo à expressividade de si e de cada posição divergente; a construção de modos autônomos de negociação e decisão; o fomento à participação ativa dos adolescentes, concebendo-os como produtores e não só expectadores do processo grupal. Esse tipo de entendimento nos direcionou para a negociação com os interlocutores de todo o processo de investigação, de modo que os resultados da pesquisa foram alcançados por meio do diálogo e do respeito à diversidade de interesses presente no grupo (Jobim e Souza & Carvalho, 2016).

Não se trata de conferir plenos poderes aos adolescentes no direcionamento de todos os elementos do processo grupal, como se a equipe socioeducativa não ocupasse um lugar social e político, histórico-culturalmente diferente, perpassado por outros tipos de formas de estar e de se posicionar no grupo. Em uma leitura dialógica que compreende o grupo como dispositivo, trabalhamos com todas essas questões e o campo de forças existentes no processo de negociação entre os participantes e a equipe de pesquisa. Nesse viés, os movimentos que ocorrem no grupo referem-se a um apanhado "de interações verbais marcadas pelo conjunto de influências sociais presentes no dizer dos interlocutores e pelas relações aí construídas" (Rasera & Japur, 2001, p.205).

Segundo Oliveira (2011), dispositivo é um espaço estratégico e tático, revelador de significados,

analisador de situações, provocador de aprendizagens e novas formas de relação e organizador de transformações. O diferencial que encontramos no conceito de dispositivo "está na inscrição da pessoa no lugar formativo como alguém que se coloca, experimenta-se, não participa passivamente, ouvindo teorias sobre experiências produzidas por outros, mas (re)visita seus repertórios formativos, problematizando-os também na escuta do outro" (Oliveira, 2011, p. 181).

Nessa perspectiva, é que conferimos especial destaque à proposição teórico-metodológica de que o grupo possa ser encarado como um *dispositivo socioeducativo dialógico* de desenvolvimento de adolescentes, por meio da mediação dos saberes e das significações (re)construídos nos variados episódios interativos. Vejamos mais exemplos de como isso pode ter se dado no contexto desta intervenção.

A proposta de Kaio, de "sair pela cidade e mostrar as coisas" e "ver o que tá faltando e o que não tá faltando" não se constitui ideia totalmente nova no grupo, já que, desde o primeiro encontro, esse tipo de ação foi apresentada como uma das possibilidades para o vídeo que deveria ser produzido. Entretanto, o que chama atenção nessa fala é a empolgação com a ideia, demonstrada pelo participante, que chega a interromper a discussão para falar de como isso poderia se dar. Na sequência, os outros adolescentes também sinalizam maior interesse, ou, no mínimo, concordância com a ida a campo e com a maneira como a execução do trabalho estava sendo desenhada.

Nos primeiros encontros do grupo, propusemos essa tarefa de visibilização das potencialidades e limitações de Brasília de Fora e os adolescentes demonstraram estranheza e pouca empolgação para com a proposta. Com o decorrer dos encontros do grupo, pensamos em algumas estratégias para desconstruir o impacto inicial e produzir alguma sensação de exequibilidade a essa proposição, quer seja por meio da introdução de oficinas de audiovisual, quer seja pela problematização do papel de cada adolescente como ator no território, ou ainda pelos debates promovidos acerca da característica de contribuição comunitária daquela medida que eles cumpriam.

No momento em que acontece o diálogo trazido no trecho, é curioso perceber como uma série de outras falas e experiências passadas no grupo aparecem nos posicionamentos de cada adolescente. Kaio traz a ideia de sair pela região e perceber os aspectos limitadores, tal qual sugerido no primeiro dia de PSC; Jaquissom recupera a importância de se tomar decisões em comum acordo, da forma como foi trabalhado com eles

ao longo de vários momentos coletivos; Tom afirma, com segurança, o fato de que eles já haviam aprendido a operar o equipamento de audiovisual, em alusão às oficinas em que trabalhamos a construção dessa habilidade técnica.

Em virtude da percepção de tais aspectos, é que se reflete sobre a concepção bakhtiniana de que cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela comunicação discursiva: "Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo: ele os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subtende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta". (Bakhtin, 1997, p. 297-298)

O trecho citado convida-nos ainda a lembrar que, o porquê de Bakhtin adotar em seus textos o termo *dialogia* em lugar de *dialética*, este último tão caro ao pensamento marxista. Bakhtin (1997) explica que a dialética pressupõe chegar a uma síntese, enquanto a dialogia resguarda entre os novos e os velhos significados uma zona de ambivalência, que mantém vivo o lócus de mudança. Acolher o grupo como dispositivo e como estratégia na ação socioeducativa leva a reconhecer e acatar sua característica dialógica, quer dizer, um sistema aberto, em constante reconstrução na dinâmica dos encontros, portanto, cujos produtos são potencialmente imprevisíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, trouxemos algumas discussões sobre a potencialidade da medida socioeducativa de PSC em se constituir como contexto de desenvolvimento humano, mediado pela inserção e pelo acompanhamento dos adolescentes em atividades de caráter intencional e transformador. De modo geral, priorizamos metodologias que incentivassem a expressão dos participantes e a reflexão crítica dos assuntos tratados no grupo. Além disso, buscamos produzir sentidos com eles sobre aquilo que era sugerido como tarefa do dia, de modo que tais atividades se constituíssem como ações humanas planejadas e refletidas, o que é essencial para gerar questionamentos sobre os valores que os adolescentes atribuem ao trabalho.

Especificamente, na pesquisa-intervenção que conduzimos, o trabalho foi executado de modo coletivo, o que nos possibilitou refletir, sobretudo, acerca da repercussões do dispositivo grupo nesse tipo de atuação. Por isso, ao ponderar sobre que tipo de contribuição essa experiência de execução grupal da

medida socioeducativa de PSC oferece ao campo das práticas socioeducativas, destacamos que os resultados aqui discutidos podem propiciar, pelo menos três importantes apontamentos para o atendimento aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto.

Em primeiro lugar, o artigo chama atenção para a importância da revisão e qualificação do acompanhamento socioeducativo de adolescentes, de modo que as atuações que não se restrinjam somente ao atendimento individual a essas pessoas. É essencial que a interação entre elas possa ser considerada como oportunidade de partilha de experiências e de construção conjunta de saberes e que o cumprimento da medida não se reduza ao contato do profissional com o sujeito atendido.

Como segundo ponto, ao longo de todo o artigo, convidamos o leitor a perceber o processo grupal como uma realidade molecular micropolítica complexa, como plano de forças, sempre longe do equilíbrio, da progressividade e do controle disciplinador. É nesse sentido, portanto, o grupo se constitui como dispositivo socioeducativo, encarado como máquina de promover acontecimentos, que seguem direções imprevisíveis, mas que pode vir a produzir tensionamento e deslocamentos fundamentais.

Por último, sublinha-se a necessidade de ressignificar a prestação de serviço à comunidade, como medida socioeducativa somente retributiva, de modo a indagar seu valor como oportunidade de vivência do mundo do trabalho, sem deixar de reconhecer as contradições desse universo laboral, para os adolescentes com os quais atuamos.

Agamben, G. (2004). *Estado de exceção: homo sacer II*. São Paulo: Boitempo.

Agamben, G. (2005). O que é um dispositivo?. *Outra travessia*, (5), 9-16.

Bakhtin, M. (1997). *Estética da criação verbal* (2ª. ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Barros, R. B. (2007). *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS.

Castro, L. R. (2008). Participação política e juventude. *Revista de Sociologia e Política*, 16(30), 253-268.

Castro, L. R. D., & Nascimento, E. M. D. (2013). Politizar as relações entre jovens e adultos? A construção da experiência escolar pelos estudantes. *Estudos de Psicologia*, 18(2), 359-367.

- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase*. Brasília: CONANDA.
- Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927. Presidência da República do Brasil. Casa Civil. Dispõe sobre a consolidação das leis de assistência e proteção de menores. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm
- Deleuze, G. (1987). *Foucault*. Lisboa: Veja.
- Foucault, M. (2001). 2001. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes. (Publicado originalmente em 1975)
- Foucault, M. (2015). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. (Publicado originalmente em 1979)
- Guimarães, E. (1997). Juventude e periferias urbanas. *Revista Brasileira de Educação*, (5) 199-208.
- Jobim e Souza, S., & Carvalho, C. D. S. (2016). Ética e pesquisa: o compromisso com o discurso do outro. *Revista Polis e Psique*, 6(1), 98-112.
- Lachtim, S. A. F., & Soares, C. B. (2011). Valores atribuídos ao trabalho e expectativa de futuro: como os jovens se posicionam? *Trabalho, Educação e Saúde*, 9(2), 277-294.
- Lane, S. T. M. (1984). Processo grupal. In Codo, W., & Lane, S. (1984). *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 78-98). São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1998). O poder em pequenos grupos [Resumo]. In *Anais do VII Encontro Regional da ABRAPSO-SP* (pp. 50-51). Bauru, SP: Universidade Estadual Paulista.
- Leão, G., Dayrell, J. T., & Reis, J. B. D. (2011). Jovens olhares sobre a escola do ensino médio. *Cadernos Cedes*, 31(84), 253-273.
- Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Presidência da República do Brasil. Casa Civil. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Presidência da República do Brasil. Casa Civil. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.
- Leontiev, A. N. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Martín-Baró, I. (1989). *Sistema, grupo y poder: psicología social desde Centroamérica II*. San Salvador: UCA. (Colección Textos Universitarios, 10)
- Oliveira, V. F. (2011). Formação docente e dispositivo grupal: aprendizagens e significações imaginárias no espaço biográfico. *Educação*, 34(2), 180-188.
- Pereira, R. M. R., Salgado, R. G., & Jobim e Souza, S. (2013). Pesquisador e criança: dialogismo e alteridade na produção da infância contemporânea. *Cadernos de Pesquisa*, 39(138), 1019-1035.
- Pochmann, M. (2004). Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In Ribeiro, R. J., Novaes, R., & Vannuchi, P., *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. (pp. 217-241). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Rasera, E. F., & Japur, M. (2001). Contribuições do pensamento construcionista para o estudo da prática grupal. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 201-209.
- Rasera, E. F., & Japur, M. (2007). Grupo como construção social. *São Paulo: Vetor*.
- Rizzini, I. (2009). Crianças e menores – do pátrio poder ao pátrio dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil. In I. Rizzini & F. Pilotti (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. (2. ed., pp. 97-150). São Paulo: Cortez.
- Rodrigues, D. S. (2017). Grupo como dispositivo socioeducativo-dialógico: reflexões sobre uma intervenção com adolescentes em meio aberto. (Tese de doutorado não publicada). Universidade de Brasília, Brasília.
- Sarti, C. A. (2003). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez.
- Schossler, A. B., & Carlos, S. A. (2006). Por uma visualização do processo grupal. *Psico*, 37(2), 159-167.

Spink, M. J., Menegon, V. M., & Medrado, B. (2014). Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. *Revista Psicologia & Sociedade*, 26(1), 32-43.

Vigotski, L. S. (2001). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

Zanella, A. V., & Pereira, R. S. (2001). Constituir-se enquanto grupo: a ação de sujeitos na produção do coletivo. *Estudos de Psicologia*, 6(1), 105-114.

RECEBIDO EM: 09/11/2017
PRIMEIRA DECISÃO EDITORIAL: 01/12/2017
VERSÃO FINAL: 11/12/2017
APROVADO EM: 21/12/2017